

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO

Posso dizer, ao assumir a direção da nossa Faculdade de Direito, juntamente com o seu ilustre vice-diretor, o professor Gaspar Luiz Lacerda Pinto, que trago comigo uma alta responsabilidade: a responsabilidade de bem servir no plano das necessárias reformas universitárias.

Lembro ainda que, muito me impressionaram, como administrativo que sou, os resultados da IV Conferência Geral da Associação Internacional de Universidades, realizada em Tóquio, no mês de setembro de 1965, e com ampla repercussão nos setores da inteligência e da cultura.

Como foi explosiva, em todo o mundo, a expansão da educação universitária, o principal tema debatido envolveu uma das teses mais fascinantes para os estudiosos: **"L'Autonomie Universitaire, Sa Signification Aujourd'hui"**, com a colocação dos problemas no seu exato equacionamento.

Entre umas e outras idéias afirmativas, procurou-se dar, como assim o está fazendo o governo da República, posição organizacional às Universidades, caracterizando destarte, organicamente ou estruturalmente, as diferentes formas de sistemas de educação e de ensino superior.

Sem maior ou mais profunda análise, alguns pressupostos mereceram relevo e consideração: a autonomia universitária é, administração descentralizada, planejada, dimensionada na sua alta função pública, porém integrada pela tutela dos princípios aos interesses nacionais.

E isto porque, diz a experiência, que a outorga de direitos autônomos a uma Universidade serve ao imperativo social e também aproveita ao Estado como instrumento moral de natureza política. Não são estanques questões universitárias, porque são todas elas de coexistência coletiva.

Na realidade, olhando a história, ou o passado, a nossa Universidade brasileira, jamais deixou de conciliar a sua autonomia com a necessidade de uma coordenação afeita a planos nacionais, tanto que nasceu e viveu refletindo a problemática dos acontecimentos históricos.

Manteve-se aqui, sobretudo na Universidade do Paraná, a autonomia através do direito de escolher o seu pessoal, do cuidado preciso na seleção dos estudantes, na elaboração dos programas curriculares e de livre pesquisa, valendo as críticas quando desservida ficou a instituição.

Nossa particular e já longa caminhada, até o atual Magnífico Reitor professor Algacyr Munhoz Mäder, marcada por circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis, foi segura na conquista sempre incerta do futuro, além de sensível aos eventos do progresso científico e cultural.

Por isso não há como não reconhecer, precisamente no atual tempo histórico, que o papel das Universidades é vital no desenvolvimento, e, por essa razão, senão outras, devemos todos estar unidos, dirigentes, docentes e discentes, em torno da nossa alta missão.

Assumo com orgulho a direção da Faculdade de Direito, minha velha escola onde me encontro desde a primeira juventude, conscio da minha posição e das minhas obrigações que são muitas, mas também como levado à cumprir dever público de respeitabilidade moral e jurídica.

Tenho comigo e afirmo para ser ouvido, que o bom ensino e a livre pesquisa devem ser compulsoriamente as metas prioritárias, como se concluiu recentemente da reunião do Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, acontecida em Fortaleza, no Ceará.

Estamos, assim, de pleno acordo com o ilustre ministro Jarbas Passarinho, que há urgência de se abrirem dentro das Universidades novas formas estruturais que correspondam como tarefa universitária às exigências do desenvolvimento e do crescimento humano nas ciências.

Bem compreendendo, é de saber que as Universidades, sobretudo as governamentais, não podem deixar de atender a pesquisa pura ou desinteressada, a pesquisa aplicada, operacional, e, por excelência, a tecnológica, pois as conquistas humanas não aproveitadas, esmagam as sociedades ociosas.

No que diz respeito às escolas de Direito, é preciso que se ampliem as luzes e não se agravem as controvérsias, respeitando-se a

ordem que está no direito de cada um e da sociedade, ordem natural e institucional que depende da grandeza dos homens que legislam, tutelam e aplicam a lei.

Ressalto, outrotanto, que a liberdade no ensino urge ser entendida como um elemento de liberdade na pesquisa. Quanto maior a autoridade do professor, maior é a sua condição de liderança e de orientação. Uma cátedra, porém, não é uma tribuna política.

Podeis estar certos, vivendo como vivi a vida universitária brasileira, que sabereis sem temores dar a minha contribuição para a solução adequada dos grandes problemas da Universidade, e bastante longe dos antagonismos passageiros e das divergências ocasionais de opinião.

Não há dúvida, que estou satisfeito. Como satisfeito sei estar o professor Lacerda Pinto. E, principalmente, em vendo, nesta solenidade, figuras altamente ilustres e representativas da comunidade paranaense, tão ciosa das nossas tradições e do nosso amor ao porvir do Paraná.

Manter a tradição no tempo, deve ser a minha, a nossa obrigação. Os fatos se sucedem no acontecido, mas a Universidade fica. Com um passado que se projeta no futuro em termos de unidade nacional. Agradecido, apenas afirmo, em agradecimento, Magnífico Reitor, a minha honesta sinceridade de propósitos. Muito obrigado.